TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano V – nº 47 – Novembro de 2005

COMISSÕES TEMPORÁRIAS ESTIMULAM DEBATES

A CPI do Sistema Habitacional da Alepe concluiu recentemente os trabalhos. O relatório final contendo propostas para o setor foi encaminhado ao Ministério Público de Pernambuco. Além dessa, outras cinco Comissões Temporárias estão em funcionamento na Casa. Entre elas, a que estuda o Projeto de Transposição do Rio São Francisco (foto). Os colegiados vêm aprofundando as discussões sobre temas específicos, ampliando o debate com a sociedade civil.

Páginas 4 e 5

FERNANDO SILVA



CARLOS OLIVEIRA



O sucesso da 1ª *Alepe Fest*

Por iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, os servidores da Casa tiveram uma manhã e tarde especiais, na última sexta-feira (28), Dia do Funcionário Público. Num hotel localizado no Curado, eles comemoraram participando de competições, num clima de muita descontração. Também houve sorteio de vários prêmios.

Página 8

EDITORIAL

A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Habitacional, cumpriu uma missão importante em defesa dos cidadãos pernambucanos. Em especial, daqueles que possuem imóveis em situação de risco de desmoronamento. Ou que chegaram a desabar, como o Edifício Areia Branca, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, em outubro de 2004.

No mês passado, a CPI concluiu os trabalhos de investigação, apontando, entre outras questões, para a necessidade de haver mais rigor na concessão do Habite-se, documento que permite a ocupação de um imóvel. O relatório final foi entregue, no último dia 25, ao procurador-geral de Justiça do Estado, Francisco Sales, pelo presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL).

Agora, cabe ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) dar prosseguimento às investigações. No caso do Edifício Areia Branca, por exemplo, o relatório do grupo parlamentar reforça a versão dos ex-moradores de que o prédio "implodiu", o que daria a eles o direito de receber o seguro.

Além desse colegiado, o Poder Legislativo pernambucano vem atuando firmemente por meio de outras Comissões Temporárias. A CPI que apura a violência e os desvios de verbas no campo é uma delas. Outras quatro Comissões Especiais também estão em andamento. Elas apuram questões relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, políticas públicas para a juventude, aumento na tarifa de energia da Celpe e à transposição do Rio São Francisco. Os colegiados vêm estimulando entre a sociedade o debate sobre esses temas e, assim, o exercício da cidadania.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:**Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiárias:** Bruna Serra, Eva Farias e Larissa Rodrigues. **Revisão:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

"JULGADOS POR TRIBUNAL DE EXCEÇÃO"

*Soldado Moisés **

A imparcialidade do Poder Judiciário contra o arbítrio do Estado é proclamada no Artigo 5º da Constituição Brasileira como garantia indispensável. No entanto, no último dia 9 de agosto, esse princípio básico caiu em contradição, quando foram julgados 24 militares estaduais, sendo um sargento, três cabos, 18 soldados da PM e dois soldados do Corpo de Bombeiros.

Acusados da prática de crimes de motim, revolta, resistência e dano ao patrimônio público, todos foram detidos no dia 23 de outubro de 2000, no incidente "protagonizado" por oficiais da Polícia Militar de Pernambuco, que defendiam os interesses do Governo do Estado, em detrimento das necessidades sociais de PMs e bombeiros, especialmente dos praças. Esquecem esses oficiais que, num passado recente, estavam unidos com os praças pelos mesmos ideais, durante a primeira mobilização social.

O que se viu no julgamento realizado pela Auditoria Militar deste Estado foi o Conselho Permanente de Justiça decidir sobre o destino de pessoas consideradas seus "algozes". O Conselho é formado por quatro oficiais, sendo um major da PM, um

FERNANDO SILVA



capitão do Corpo de Bombeiros e dois tenentes da Polícia Militar. Apesar de prevista legalmente no Código de Processo Penal Militar e na Constituição Federal, a situação é uma anomalia aos princípios do Direito e da Justiça.

A acusação que pairava se reportava ao lamentável incidente envolvendo oficiais da PM versus praças da PM, durante a paralisação daquele ano, na Avenida Agamenon Magalhães, que resultou na acusação.

Por mais que a defesa se desdobrasse, ao provar que não houve quaisquer dos crimes descritos na acusação, o Conselho Permanente de Justiça veio a condenar os PMs e bombeiros por crimes militares de motim e revolta, 24 militares estaduais, quando, na oportunidade, o movimento se estendia a mais de cinco mil adeptos, concentrados na Praça da República.

O excelente trabalho desenvolvido pelos advogados de defesa não evitou uma condenação nem poderia prever uma absolvição. Sem qualquer sombra de dúvida, existe um conflito de classes, no qual não poderíamos imaginar resultados favoráveis, quando os interesses são adversos, o que se torna inadmissível no atual contexto político nacional.

** Deputado estadual e presidente da Associação Pernambucana de Cabos e Soldados - PMs e Bombeiros*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

ALEPE PUBLICA LIVRO DE SERVIDOR

A Lenda do Livro, de autoria do servidor Jorge Bernardo, da Divisão de Protocolo, foi lançado na Biblioteca da Alepe, no final de outubro. Segundo ele, a obra foi escrita em 1991, mas o sonho de vê-la publicada só virou realidade após o apoio da Mesa Diretora da Casa. Durante o lançamento, prestigiado pelo primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), o servidor agradeceu ao parlamentar e também destacou o incentivo dado pela gerente da Biblioteca, Sirlênia Araújo. Foram editados 500 exemplares do livro. "A Casa Joaquim Nabuco deve incentivar os trabalhos que tenham criatividade. Desejamos que Jorge seja reconhecido pela Alepe e pela sociedade", frisou Negromonte. A obra trata da história de um livro com páginas em branco que estava abandonado. Um garoto o encontrou no caminho de casa e o levou para mostrar ao pai. Ele, um grande escritor, disse que, se o menino estivesse falando a verdade, escreveria estórias infantis nas páginas em branco. O livro foi ilustrado pelo filho de Jorge, Thiago, de 11 anos.

RINALDO MARQUES



DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

FOTOS: CARLOS OLIVEIRA



Competição de forró foi uma das atividades mais concorridas



Filhos de funcionários também tiveram diversão garantida



Negromonte (d) premiou servidor sorteado com computador



Disputa de xadrez marcou evento promovido pela Mesa Diretora

ALEPE FEST PROMOVE INTEGRAÇÃO

Um dia inteiro de atividades esportivas, danças, músicas, jogos e premiações. Assim foi o Dia do Funcionário Público para os servidores da Assembléia Legislativa de Pernambuco, no último dia 28. Com o objetivo de promover a integração entre eles, a Mesa Diretora da Casa realizou a *Alepe Fest*, que aconteceu no Hotel Fazenda Miramar, no Curado. O evento, coordenado pela Superintendência de Recursos Humanos e pela Assistência de Comunicação Social, é o primeiro realizado pelo Poder Legislativo em homenagem à categoria.

O primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB); e os deputados Augusto César (PTB), Guilherme Uchôa (PDT) e Sérgio Leite (PT) estiveram presentes e entregaram prêmios a servidores sorteados. A comemoração começou com um café da manhã, acompanhado da apresentação do Coral Vozes de Pernambuco, formado por servidores da Alepe.

Durante todo o dia, foram realizadas competições de jogos de damas, dominó, xadrez, além de danças, como forró e bolero. Os melhores colocados foram premiados com medalhas. Os primeiros lugares nas disputas de dominó foram José Afrânio e Sérgio; no xadrez, Renan Araújo; e em damas, José Fernando Rodrigues. Os servidores Teresa Cristina Nogueira e Moisés Vieira venceram, respectivamente, no bolero e forró.

Funcionários e familiares ainda desfrutaram de atividades como hidroginástica, além de assistir ao show com a Banda Xamego do Amor e o sanfoneiro Hildebrando Marques, que é funcionário da Casa. Vários prêmios também foram sorteados, como celulares, passagens aéreas, computador, poupanças e aparelhos eletrônicos.

Entre os premiados, José Generoso ganhou um computador. José Ricardo Barros e Genilda e Silva receberam, cada um, duas passagens para Salvador e Fortaleza. Para a superintendente de Recursos Humanos, Cristina Couto, o encontro foi muito importante, pois possibilitou a valorização dos servidores e a integração entre eles.

SISTEMA HABITACIONAL

CPI DEFENDE MAIS RIGOR PARA HABITE-SE

FOTOS: RINALDO MARQUES



Colegiado apresentou relatório final das investigações sobre problemas no sistema habitacional no Estado. Um dos casos discutidos em audiência pública (foto abaixo) foi o do desabamento do Edifício Areia Branca. Grupo também realizou inspeções em conjuntos residenciais (acima)

ROBERTO SOARES



A criação de um consórcio intermunicipal de habitação e a instalação de uma CPI Nacional do Sistema Habitacional foram algumas das recomendações do relatório final da CPI do Sistema Habitacional da Alepe, apresentado em outubro. O documento também sugeriu mudanças nas Leis de Uso e Ocupação do Solo dos municípios. De acordo com o presidente do colegiado, deputado Alf (PTB), as modificações propostas são necessárias, pois visam, entre outros aspectos, exigir das prefeituras mais rigidez na concessão do Habite-se, autorização que permite a ocupação de um imóvel. O relatório foi entregue ao procurador-geral de Justiça do Estado, Francisco Sales, pelo presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), que afirmou estar satisfeito com a atuação da CPI. Alf e Isaltino Nascimento (PT) também estiveram no Ministério Público.

Durante os seis meses de trabalho, a Comissão atuou em vários casos relacionados a edificações da Região Metropolitana do Recife (RMR) que ruíram ou apresentavam riscos de desmoronamento. Entre eles, a tragédia do Edifício Areia Branca, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, que desabou há pouco mais de um ano. O relatório da CPI reforça a versão dos ex-moradores de que o prédio "implodiu, em decorrência de elementos nocivos que causaram a ruptura do pilar localizado próximo à caixa d`água, convergendo os destroços para um ponto central".

As vítimas do Areia Branca ingressaram com uma ação judicial para receber da Mapfre Vera Cruz o seguro contratado no valor de R$ 3 milhões, que deverá ser dividido entre as 24 famílias. A seguradora, no entanto, nega-se a ressarcir o montante às vítimas. A companhia alega que o prédio "desmoronou", causa que não estava prevista na apólice.

As conclusões do inquérito policial, que indiciou sete diretores da seguradora por crimes de estelionato, contra a economia popular e relações de consumo, e do relatório elaborado pela CPI servirão para reafirmar os argumentos do processo.

A Comissão também recebeu informações fornecidas pelas Prefeituras de Olinda e de Jaboatão dos Guararapes, apontando que, entre os anos de 1997 e 2005, oito edificações ruíram e mais de cem foram interditadas nessas cidades da RMR.

A CPI ainda investigou a absorção de contratos imobiliários ativos da Caixa, pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), acusada de comprar contratos imobiliários em todo o País. Só em Pernambuco, mais de 35 mil foram adquiridos pela Emgea, companhia criada pelo Governo Federal, em 2001. A maioria desses imóveis apresenta problemas estruturais.

A CPI do Sistema Habitacional, instalada em março deste ano, ouviu 122 pessoas, realizou 17 reuniões e seis diligências em conjuntos habitacionais para averiguação e constatação de denúncias.

COMISSÕES EM ANDAMENTO

MOISÉS BARBOSA



Os casos de violência e desvios de recursos públicos no campo estão sendo apurados, desde o mês março, pela CPI da Violência na Zona Rural. Criada por proposta do deputado Bruno Rodrigues (PSDB), que preside o colegiado, a CPI realizou oito audiências, promoveu visitas aos municípios de Palmares e Garanhuns e tomou mais de 15 depoimentos, entre delegados, promotores, juízes e acusados de envolvimento em crimes. A Comissão também ouviu e recebeu documentos de representantes de órgãos governamentais, a exemplo do Incra, Projeto Renascer, Fundo de Terras de Pernambuco (Funtepe) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetape). Um dos principais casos apurados foi o da morte do soldado Luiz Pereira, no Assentamento Bananeiras, em Quipapá, Mata Sul, ocorrida em fevereiro. A CPI também está realizando uma investigação em sigilo. A previsão é que o relatório seja finalizado no próximo mês.

RINALDO MARQUES



Criada com a finalidade de discutir temas como violência, educação e emprego para os jovens, a Comissão Especial de Acompanhamento de Projetos e Políticas para Juventude, presidida pela deputada Teresa Leitão (PT) e instalada em 22 de abril de 2004, deverá ser encerrada ainda este mês. O colegiado realizou diversas audiências públicas e encontros com representantes de entidades ligadas ao movimento juvenil, Governo do Estado e Unesco. Entre os principais assuntos abordados estão programas como o Consórcio Juventude, projeto para geração de emprego dirigido pela Delegacia Regional do Trabalho; o Agenda Juventude, elaborado pelo Governo do Estado, no qual várias secretarias estaduais estão integradas para executar 29 ações de proteção aos jovens; o Pró-Jovem; o Primeiro Emprego; e a análise do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), apresentado pela Unesco e tema da abertura dos trabalhos da Comissão.

RINALDO MARQUES



Instalada para acompanhar, em Pernambuco, o projeto do Governo Federal de transposição das águas do Rio São Francisco, a Comissão Especial presidida pelo deputado Raimundo Pimentel (PSDB) vem desenvolvendo inúmeras atividades, como reuniões, palestras e debates, que visam analisar e discutir os benefícios da obra para o Estado. Desde a data da sua implantação, em 27 de abril passado, o colegiado realizou, entre outras atividades, cinco reuniões, duas palestras, uma delas em Salgueiro, Sertão do Estado, uma audiência pública e uma videoconferência. Este mês estão confirmadas visitas aos municípios sertanejos de Petrolândia, Cabrobó, Petrolina e Araripina. Em Petrolândia, no próximo dia 10, haverá audiência pública para apresentação das propostas do Governo Federal e do Estado no sentido de alterar o traçado original do projeto, com a inclusão do Canal do Sertão, que levará água até o Araripe.

MOISÉS BARBOSA



Para acompanhar e avaliar as iniciativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi instalada, em 13 de dezembro de 2004, a Comissão Especial de Avaliação do Estatuto da Criança e do Adolescente em Pernambuco. O colegiado, presidido pelo deputado Betinho Gomes (PPS), realizou, até o final de outubro, um total de sete reuniões. O grupo vem discutindo assuntos como o desaparelhamento da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), estratégias para melhorar as condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares da Região Metropolitana do Recife, coordenação de um seminário para discutir a implementação de políticas públicas de inclusão social, análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e as dificuldades dos municípios em promover programas de atendimento aos jovens. Os trabalhos da Comissão Especial ainda não têm data prevista para serem concluídos.

ROBERTO SOARES



Instalada em 5 de abril deste ano, por iniciativa do deputado Sérgio Leite (PT), a Comissão Especial da Alepe que apura o aumento tarifário e a qualidade dos serviços prestados pela Celpe vem desenvolvendo várias ações visando impedir o reajuste de 24,43 % nas contas de energia. Presidido pelo petista, o colegiado realizou inúmeras audiências públicas, debates e atividades externas como vigílias em frente à Celpe, além de encontros com entidades da sociedade civil. Em outubro, Leite viajou para Brasília, na tentativa de sensibilizar os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os impactos causados pelo reajuste à economia pernambucana. Na ocasião, foram entregues às autoridades relatórios da Comissão detalhando os prejuízos. Enquanto aguarda o julgamento, no STJ, do agravo regimental que decidirá se será de 24,43 ou 7,4 % o aumento da tarifa, o colegiado dará continuidade às mobilizações. O julgamento está marcado para o dia 16 e será acompanhado por Sérgio Leite.

RECERTIFICAÇÃO ISO

ESCOLA CONFIRMA QUALIDADE DE SERVIÇOS

Confirmando a qualidade dos serviços educacionais que são oferecidos aos servidores da Alepe, a Escola do Legislativo de Pernambuco (Elepe) recebeu, no último dia 7 de outubro, a Recertificação ISO 9001/2000, conferida pela empresa *ABS Quality Evaluations*. As auditorias são feitas semestralmente e a revalidação do certificado, a cada três anos. "A conquista se deve ao empenho e à dedicação de toda a equipe. Sem o total envolvimento das pessoas, isso não teria sido possível", destacou a assistente educacional da Elepe, professora Lúcia Galindo.

Fundada há cinco anos, a Escola do Legislativo obteve a primeira certificação, a ISO 9002/1994, em 2002, sendo pioneira entre as instituições do tipo existentes no País. Posteriormente, em dezembro de 2003, a Assembléia e a Elepe conquistaram a ISO 9001/2000, fato que representou o alcance de padrões de qualidade internacional de prestação de serviços.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a ISO 9001/2000 é uma norma internacional aplicável a qualquer tipo de organização e especifica requisitos que podem ser usados pelas organizações para obter um sistema de gestão de qualidade. De acordo com dados do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), no Brasil, existem 7.900 empresas certificadas pelas normas NBR ISO.

Lúcia Galindo também ressaltou as atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Elepe em parceria com o Senado Federal, como palestras, oficinas e cursos sobre Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal, além do Seminário de Formação de Agentes Políticos. "Nossa meta para 2006 é a interiorização desses seminários. Queremos promover aulas em todos os municípios, a fim de formar pessoas capacitadas para atuar nas Câmaras Municipais", ressaltou.

IDIOMAS - A Escola do Legislativo também tem investido na promoção de cursos de línguas estrangeiras. Atualmente, estão funcionando duas turmas de Inglês e duas de Espanhol, com cerca de cem alunos no total. Em breve, também será oferecido Francês. "Estamos sempre buscando melhorias para os servidores. Nosso principal objetivo é o crescimento intelectual e profissional deles", observou Lúcia Galindo. As aulas são realizadas duas vezes por semana, das 13h às 14h e das 13h30 às 14h30.

MOISÉS BARBOSA



Cursos de línguas estrangeiras como o de Inglês vêm tendo grande procura dos servidores do Poder Legislativo

MOISÉS BARBOSA



Revalidação do certificado foi comemorada recentemente por toda a equipe que integra a Elepe

SÉRIE COMISSÕES PERMANENTES

FINANÇAS AVALIA MATÉRIAS ORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO

Uma das peculiaridades da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe é a análise das propostas orçamentárias e financeiras do Estado. Dentre as demais Comissões Permanentes da Casa, cabe exclusivamente ao colegiado a apreciação dos Projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e suas revisões anuais. Ele tem a responsabilidade de avaliar e emitir parecer sobre todas as emendas apresentadas, além de elaborar a redação final dessas proposições.

A LOA, que tramita na Casa todos os anos, entre os dias 15 de outubro e 30 de novembro, é uma das principais propostas que passam pelo colegiado. A matéria traz as estimativas de receitas e despesas do Estado para o exercício posterior, com detalhes sobre as ações, programas e projetos do Governo. O projeto da LOA 2006, que está tramitando, prevê um Orçamento total na ordem de R$ 10,37 bilhões, um percentual 15,9% maior que os recursos previstos para este ano. A execução das previsões orçamentárias também é uma das responsabilidades da Comissão de Finanças.

Além da LOA; da LDO, que traz as orientações para a elaboração do Orçamento; e do PPA, proposta que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos; é de atribuição exclusiva do colegiado a apreciação da prestação de contas do Governo, dos Tribunais de Justiça e de Contas, das autarquias e fundações do Estado, do Ministério Público, da Mesa Diretora da Alepe e dos interventores municipais.

Uma média de 270 projetos de lei é analisada, anualmente, pela Comissão. A maioria trata de convênios, incentivos ou isenções fiscais, aberturas de créditos especiais e suplementares ao Orçamento do Estado. Somente este ano, mais de 210 propostas foram apreciadas.

O presidente do colegiado, Sebastião Rufino (PFL), vem procurando intensificar os debates. "O trabalho da Comissão é especificamente técnico, analisamos o mérito quanto às questões financeiras. Entre as matérias que verificamos, estão proposições como as de suplementação de verbas e aumento de salários, por isso há a necessidade de nos debruçarmos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os limites estabelecidos por ela e as demais legislações financeiras e tributárias", afirmou.

O vice-presidente, Adelmo Duarte (PFL), avalia a ação da Comissão como essencial. "Ela tem uma importância muito grande, tanto pelas discussões quanto pelas avaliações das questões econômicas dos projetos, visando garantir que o dinheiro público seja aprovado para uso da melhor forma possível."

RINALDO MARQUES



É atribuição exclusiva do colegiado a análise dos projetos da LOA, LDO e PPA

INTEGRANTES

TITULARES	PARTIDO
SEBASTIÃO RUFINO	PFL - PRESIDENTE
ADELMO DUARTE	PFL - VICE-PRESIDENTE
ANTÔNIO MORAES	PSDB
GERALDO COELHO	PFL
HENRIQUE QUEIROZ	PP
JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB
MARCANTÔNIO DOURADO	PTB
ROBERTO LEANDRO	PT
SILVIO COSTA	PMN

SUPLENTES	PARTIDO
DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PP
DEPUTADA ANA RODOVALHO	PRTB
AUGUSTO CÉSAR	PTB
AUGUSTO COUTINHO	PFL
CIRO COELHO	PFL
IZAIAS RÉGIS	PTB
NELSON PEREIRA	PC do B
MANOEL FERREIRA	PFL
RICARDO TEOBALDO	PMDB

PERSONAGEM DA ALEPE

ARMANDO É EXEMPLO DE PERSISTÊNCIA

Superar a deficiência auditiva foi uma das conquistas do servidor Armando Ferreira, 42 anos, da Gerencia de Expedição e Correspondência do Plenário, que trabalha na Alepe há 18 anos. Quando criança, ele teve a oportunidade de estudar em uma escola pública regular, onde aprendeu a leitura dos lábios. No entanto, Armando parou os estudos na 8º série porque os colégios não tinham tradutores para portadores de necessidades especiais. Em 2001, uma boa notícia. As unidades de ensino públicas disponibilizaram intérpretes e ele voltou à sala de aula, concluindo o Ensino Médio, em 2003, na Escola Técnica Professor Agamenon Magalhães (Etepam).

Armando é casado com a também deficiente auditiva Maria das Graças Ferreira, 39 anos, e pai de duas filhas, Aldina e Paulina, com, respectivamente, 17 e 19 anos. Paulina disse que, logo cedo, aos 2 anos, aprendeu a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para comunicar-se com seus pais, principalmente porque sua mãe não sabe fazer a leitura labial, diferentemente de Armando. "Quando criança, eu e minha irmã esperávamos meu pai chegar do trabalho para nos ensinar a tarefa da escola. Isso mostra o quanto ele sempre se esforçou para cumprir suas atividades", explicou.

Com o auxílio de Paulina, ele contou à reportagem do *Tribuna Parlamentar* que não sente receio em falar sobre sua dificuldade e que acha bastante louvável a iniciativa da novela *América* em explicar às pessoas como lidar com os portadores de necessidades especiais. Armando também expressou sua satisfação em ver que empresas estão cada vez mais contratando pessoas que tenham alguma deficiência, mostrando que a discriminação está diminuindo.

Armando trabalha um expediente na Alepe e o outro na Associação dos Surdos de Pernambuco (Asspe), de onde foi presidente entre 1989 e 1990. A associação presta serviços aos deficientes auditivos e oferece cursos a interessados em conhecer a linguagem dos sinais.

FERNANDO SILVA



Servidor supera problema auditivo

SEGUNDA CULTURAL

REPRODUÇÃO



O CHARME DAS *BELLAS MARIAS*

A edição de novembro do Projeto Segunda Cultural será marcada pela apresentação do grupo *Bellas Marias* (foto). Embaladas pela releitura dos ritmos pernambucanos, as meninas resgatam o gênero charmoso e criativo de tocar das bandas dos anos 50 e 60.

Criado há pouco mais de um ano, o grupo já tem história, com participações em programações carnavalescas, comemorativas ao Dia Internacional da Mulher, entre outras atrações. O show acontece no dia 7, às 18h, no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco.

Para a produtora Deusdete Ferro, o Segunda Cultural é uma oportunidade para os grupos que estão iniciando. "Não é fácil. Faltam incentivos e espaços para os novos talentos", frisou ela, que também é autora da maioria das músicas do repertório do *Bellas Marias*, como a ciranda *Pensando em Você*. De acordo com a compositora, o grupo é formado por nove mulheres, muitas delas universitárias e profissionais liberais.

O Projeto Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa. Criada em fevereiro de 2003, com o objetivo de aproximar ainda mais a sociedade do Poder Legislativo, a iniciativa já apresentou artistas e grupos renomados como o Coral Edgar Moraes, o grupo instrumental Sa grama e o violonista Henrique Annes. O documentário *Tejucupapo, um filme sobre mulheres guerreiras* também foi uma das atrações. Os artistas não cobram cachê e o evento é aberto ao público.